



ensaios

Ideias e reflexões sobre temas da atualidade

Nº

5

Lino Geraldo Resende

# MAQUIAVEL

## E A NOVA POLÍTICA



Lino Geraldo Resende

# MAQUIAVEL

## E A NOVA POLÍTICA

Lino Geraldo Resende escreveu este ensaio para revista científica da Univix, em Vitória, onde, então, lecionava Português. Originalmente, o assunto foi tema de discussão em Seminário do Mestrado em História Política na Universidade Federal do Espírito Santo.

É formado em Letras, Comunicação e Direito. Especialista em Comunicação, pela Faculdade Cândido Mendes, e Mestre em História Política, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Edição:



Comum Editora

Rua Luzia Grinalda, 550, Centro, Vila Velha, ES

CEP 29100-080 - Tel: (27) 3063-7025

[www.comum.net.br](http://www.comum.net.br)

Copyright © 2011 - Lino Geraldo Resende

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Vila Velha, ES, 2011

## Resumo

O objetivo deste ensaio é discutir o pensamento de Maquiavel e como ele se tornou fundador da ciência política, avançando e deduzindo, a partir de *O Príncipe*, alguns outros aspectos deste pensamento, como o desenvolvimento de uma Teoria das Relações Públicas, uma Teoria da Cultura Política, Teoria da Administração Pública e Teoria de Relações Internacionais. Procura, também, mostrar a atualidade deste pensamento, que funda um novo tipo de pensamento, desligado da religião e voltado para a consolidação do Estado, enquanto ente autônomo.

## Palavras chave:

Política, Poder, Estado, Bom Governo, Autonomia da Política.

## A JUSTIFICATIVA DO CONTEXTO

**P**aul Strathern ao abrir o seu pequeno livro sobre Maquiavel lembra que, ao se falar do autor e, sobretudo, de *O Príncipe*, sua obra de maior permanência, o que temos “é quase o sinônimo do mal”. Talvez isso ocorra em função mais do mito do que do próprio homem e sua obra. E este mito só pode ser desfeito, primeiro, conhecendo-se a obra e, a partir desse conhecimento, colocando Maquiavel e o que ele escreveu dentro de um contexto histórico. Foi sobre ele e a partir dele que *O Príncipe*, que pretendia ser uma espécie de manual para o governante, foi desenvolvido. Então, para entender a obra e seu autor é essencial que se faça a contextualização dos dois.

Châtelet em sua *História das Idéias Políticas*, ao falar sobre o contexto da produção da obra de Maquiavel, lembra que “a partir do século XVI produzem-se transformações que abalam as sociedades da Europa Ocidental”. Assinala, ainda, que estas mudanças envolvem as realidades históricas e econômicas, a imagem do mundo, a representação da natureza, a cultura e o pensamento religioso. Maquiavel, portanto, viveu em uma época de profundas mudanças e, a isso, acrescenta-se, do lado político, a própria questão italiana, com o declínio de cidades-estados e a invasão do país por forças da França e da Espanha.

Intelectual preparado, como observa Strathern, buro-

crata zeloso, o autor de *O Príncipe* tinha, também, algo de sonhador. Seu sonho, na verdade, era o de ver uma Itália unificada, forte e livre da ocupação estrangeira. É nesse sentido, como observa bem Viroli, que se dá o sonho do florentino, relatado em seu leito de morte, uma metáfora para a ação do príncipe – ou do condutor do Estado – que deve fazer o que tiver de ser feito, sem pensar que, ao final, vai conseguir chegar ao Paraíso.

É este sonho, no final, que Maquiavel coloca em *O Príncipe*, cujo objetivo é dar ao príncipe (governante) um ferramental que lhe permita exercer, e bem, o Governo, aliás, como registra muito bem Strathern:

“Se você é um príncipe e governa um Estado, seu principal objetivo é permanecer no poder e dirigir o Estado em seu (isto é, dele) melhor proveito. Maquiavel mostra como fazê-lo, com abundantes exemplos históricos e ausência total de sentimentalismos. Sem essa de pisar em ovos – eis a fórmula” .

Em um mundo em profunda transformação, onde a traição era a norma e o poder volátil, é que Maquiavel produz sua obra. De imediato, queria que seus conselhos contribuíssem para a formação de um poder estável e, a partir dele, conseguir a unificação da Itália sob este poder, expulsando os estrangeiros e submetendo todos ao poder civil e laico, que deve ser exercido, antes de ser no interesse pessoal, no do Estado, pois a finalidade maior do príncipe é manter-se e, ao fazê-lo, manter o Estado.

Como observa Châtelet ao comentar a significação de *O Príncipe*:

“(…) trata-se, antes de mais nada, de mostrar que – se se quer o poder – é preciso querer a onipotência; que essa exige não apenas um ato de fundação absoluta, mas também uma resolução que não admite fraquezas ou compromissos; que as considerações morais ou religiosas devem ser afastadas do cálculo através do qual se estabelece ou se mantém o Estado (...)

O intuito de Maquiavel, pelo que apontam os seus estudiosos, era mais no sentido de perpetuar o Estado, mesmo que, para tanto, tivesse de dar poder absoluto ao príncipe e o aconselhasse a tomar todas as medidas cabíveis para manter o poder. Afinal, o florentino entendia que só um governante forte, temido e astucioso poderia cumprir o seu sonho, de unificar a Itália, devolvendo-lhe o esplendor que ele aprendeu a amar em Florença.



## A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA

O Príncipe, como desenvolvido por Maquiavel, pode ser dividido em alguns temas, com agrupamento de capítulos, levando em consideração o assunto sobre o qual fala e os conselhos relativos a cada tópico abordado. Assim é que, na primeira parte, que vai do primeiro a décimo-primeiro capítulo ele fala dos governos e suas formas, destacando vantagens e fraquezas de cada um, ilustrando com exemplos de príncipes e destacando ações que os tornaram, depois, conhecidos, seja pelo sucesso, seja pelo fracasso.

A partir do décimo-segundo capítulo, ele muda o foco. Fala, inicialmente, sobre a constituição do poder militar, desenvolvendo a idéia do Exército próprio em oposição aos mercenários, usados com freqüência na Itália pelos poderosos que estavam em guerra. Teoriza, neste caso, sobre a necessidade de se aparelhar e treinar este exército, deixando-o sempre pronto para entrar em batalha, ao mesmo tempo em que, com ele, cria um poder de dissuasão.

Do décimo-quinto capítulo em diante o seu foco é o Governo, como conquistá-lo e mantê-lo. São estes conselhos, por sinal, que chegaram aos nossos dias e fizeram com que o nome de Maquiavel ganhasse um adjetivo, maquiavélico, no sentido de se ser capaz de fazer todas as maldades e, também, de ser astucioso. E é exatamente a

partir dos conselhos aos príncipes que Maquiavel realiza um dos seus feitos: a instituição da política como algo autônomo, desvinculado do poder religioso e com poder constitutivo.

O secretário florentino, como lembra muito bem Châtelet,

“introduziu uma ruptura decisiva; contra as teorias da sociabilidade natural, contra os ensinamentos da Revelação e os da teologia, ele afirma – porque constata – que, no que se refere às atividades coletivas, o que é o Estado. Foi ele quem deu a este último termo sua significação de poder central soberano, legiferante e capaz de decidir, sem compartilhar esse poder com ninguém, sobre as questões tanto exteriores quanto internas de uma coletividade” .

Com Châtelet concordam outros estudiosos do florentino, que vêem nele, o instituidor da política como esfera autônoma da vida social. Nele, a política não é pensada a partir nem da religião, nem da ética; tampouco é pensada no campo da filosofia, passando, então, a ser um campo de estudo independente. O que Maquiavel observa é que a vida política tem regras independentes de considerações privadas, morais, filosóficas ou religiosas. A política, assim, constitui-se na esfera do poder por excelência.

Como observa Strathern o que Maquiavel busca, com O Príncipe, é “manter o Governo da forma mais eficiente possível” . E a eficiência por ele pregada só pode ser conquistada pelo exercício da política, que não é uma arte, mas uma ciência e, como tal “não tem nem ética, nem compaixão – ela funciona, ou não” . O Príncipe, neste sentido, é uma descrição de como a ciência políti-

ca funciona, daí sua tipificação de Governo e o passeio pelos vários deveres e tipos de comportamentos de quem governa.

“A unidade política, condição da existência social, repousa num ato que institui o Estado, ato que é o de um legislador que define, de uma vez por todas, o que justo e o que injusto, e o pleno exercício do poder”, observa Châtelet para, em seguida, comentar que este ato de instituição é um princípio que deve ser mantido constantemente. Maquiavel vê a política – e o Governo – regidos por leis idênticas às que governam as estações do ano, o que o leva a desconsiderar qualquer tipo de dever moral. A política, neste caso, é tratada como ciência e, como tal, deve ser exercida.

Vai neste sentido o comentário de Antonio Gramsci, que era um admirador de Maquiavel e viu nele qualidades teóricas, já que não falava de um príncipe, mas acabou por desenvolver um modelo. Gramsci afirma: “Em todo o livro, Maquiavel mostra como deve ser O Príncipe para levar um povo à fundação de novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico” .

Sobre a mesma questão, Luciano Gruppi, outro estudioso de Maquiavel, afirma:

“Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou não uma teoria do Estado moderno, mas sim uma teoria de como se formam os Estados, de como na verdade se constitui o Estado moderno. Isto é o começo da ciência política; ou, se quisermos, da teoria e da técnica da política entendida como uma disciplina autônoma,

separada da moral e da religião” .

É nesse sentido que se pode dizer que Maquiavel vê a política como forma de conciliar a natureza humana com a marca da história, daí os seus conceitos de fortuna e virtú, sendo a primeira decorrente de contingências das próprias coisas políticas, não uma manifestação de Deus ou da Providência Divina. Como tal, ela pode ser, se não dominada, prevenida, no sentido de o príncipe não ser pego de surpresa quando venha a ocorrer. Já em relação à virtú, Maquiavel a vê como necessária ao bom exercício do poder e a pressupõe formada por força de caráter, coragem militar, habilidade no cálculo, astúcia e inflexibilidade no trato com os adversários. Usando estes e outros atributos o príncipe pode desafiar e mudar a fortuna. Embora realista, Maquiavel não é determinista e acredita ao homem o papel de poder mudar a história.

O que fica claro pela leitura de *O Príncipe* e pela consulta a estudiosos de Maquiavel é que, ao produzir o que pretendia ser um manual para ajudar no bom Governo e na construção do seu sonho de ver a Itália unificada, ele fez muito mais: acabou por instituir um novo saber, a política, definindo seu campo de estudo e princípios que a instituíram. A partir dele, o Estado tornou-se estritamente laico e civil, subordinando sob o seu poder o próprio poder religioso. O que o secretário florentino defende, no final, é a busca do bem público, depois de constatar que, em política, reinam a violência, a astúcia e a vontade de poder. “Se as coisas são assim, então é melhor pôr essas forças a serviço do Bem público e aprender a conhecê-las a fim de utilizá-las eficientemente como meio desse fim legítimo”, avalia Châtelet.

## SEM DEFINIR ESTADO

**S**e a política está muito bem resolvida em Maquiavel, a questão do Estado é menos nítida. Ele reconhece, como entende Châtelet, que o Estado é, conferindo originalidade à sua afirmação, já que, antes dele, o Estado era visto de outra forma. O florentino entendeu, depois de longa vivência na burocracia e de ter caído em desgraça, que o Estado está acima das pessoas e dos próprios governantes, que devem exercer o seu mister no sentido de perpetuá-lo. Mais uma vez ele põe na sua teoria o seu sonho, de ver uma Itália unificada e forte, governada por um príncipe que tenha a virtú, qualidades que julga essencial a quem deseja exercer um bom governo.

A diferença de Maquiavel, em relação aos outros teóricos do Estado, seus contemporâneos ou que o antecederam, como observa Paul Strathern, é que:

“Maquiavel insiste que o filósofo político deve evitar descrever os Estados imaginários e utopias usadas pelos escritores antes dele para encarnar suas idéias. (...) Maquiavel insistiu em falar da realidade – do comportamento real das pessoas, não de como deveriam se comportar”

Para Châtelet, Maquiavel percebe o Estado como um poder central soberano, que se exerce com exclusividade e plenitude sobre as questões internas e externas de uma coletividade. Por isso, entende, que o Estado está além do

bem e do mal, o que o leva a regularizar as relações entre os homens, utilizando-os no que têm de melhor e contendo-os no que têm de mal.

Sobre esta questão, Marcílio Marques Moreira cita Jorge Sena para afirmar que foi Maquiavel o “primeiro a declarar que o bem e o mal não têm sentido na vida sócio-política, se forem abstratamente dissociados, foi a primeiro a denunciar que a pureza de intenções é capaz de todos os crimes, exatamente como as intenções mais ínvias são capazes dos mais nobres atos; o primeiro em suma, a apontar que são a reflexão e a experiência das ações humanas que possibilitam ultrapassar a antinomia entre pensamento e ação na transformação da realidade política” .

Realista, Maquiavel sempre procurou falar de um Estado real e é neste sentido que recomenda aos príncipes o que devem fazer para manter o poder, entendido, aqui, como a manutenção do próprio Estado. O principal ponto é planejar o futuro, não permitindo que a fortuna, representada pelo acaso, contribua para que perca o poder. Deve, também, preparar-se para a guerra, daí a necessidade de construir um Exército nacional. Além disso, deve buscar o apoio do povo. É nesse sentido que o príncipe deve agir, aplicando de forma justa a lei, não usurpando propriedades e, tampouco, fazendo algo que não seja necessário e justificável.

Maquiavel, ao pensar o Estado, desenvolve a questão do que, embora não o defina, pode ser considerado como “razões de Estado”, motivos mais elevados que se sobrepõem a quaisquer outras considerações. É sob esta

ótica, da Ética da Responsabilidade, que afirma ser possível utilizar todos os meios para se atingir um fim, isto é, a finalidade do Estado, que é o bem comum. O que o secretário florentino defende é a exceção à lei, que pode ser invocada pelo príncipe para resolver uma determinada questão, de forma a manter-se, o que, para Maquiavel, significa manter o Estado. Afinal, a finalidade do Estado é manter sua grandeza e prosperidade e, cumprindo este objetivo, o príncipe será respeitado, amado e manter-se-á no poder.

De toda teorização de Maquiavel, de acordo com Châtelet, pode-se deduzir dois princípios: o de potência e de autonomia política. Eles são inerentes ao próprio Estado, mas não são suficientes para mantê-lo. Daí, aduzir aspectos mais técnicos, que vão permitir ao governante o bom exercício do poder.

O que fica, no final, é a forma original como Maquiavel pensou o Estado, conferindo-lhe a autoridade que antes não tinha, principalmente devido à subordinação – às vezes direta, às vezes indireta – ao poder religioso. O Estado de Maquiavel é laico, civil e constituído pelo exercício da política, que pretende, desde então, seja uma ciência e, como tal, com leis aplicáveis às várias situações.

## INDO ALÉM DE O PRÍNCIPE

O fato de ser pequeno, conciso e direto não tira de *O Príncipe* a sua complexidade. Talvez por isso é que Octávio de Faria o considera difícil e perigoso, o que pode ser lido, também, como demonstração da originalidade com que ele aborda o Estado e a política. É esta originalidade que fez de Maquiavel e de sua obra uma referência, o que o torna, ainda hoje, um autor a ser estudado e consultado.

Levando-se em consideração tudo o que Maquiavel expôs, podemos chegar a uma questão que, à primeira vista, parece fundamental para esclarecer os objetivos do autor e esta pergunta é: Como constituir e manter a Itália como um Estado livre, coeso e duradouro? A questão, é evidente, não está posta desta maneira, mas, sim, olhando-se a forma de como adquirir e manter os principados. O que Maquiavel procura, na sua obra, é responder à pergunta, oferecendo ao governante um manual de práticas longamente observadas, de como melhor governar e, com isso, chegar ao que o autor sonhou: ver seu país unido e forte, livre dos estrangeiros e do poder religioso.

Ao fechar *O Príncipe* Maquiavel revela sua intenção ao desenvolver e sistematizar o manual. Mas, ao final da leitura, ele deixa um pouco mais do que princípios de Governo, de política e de técnicas de bem governar. Pode-se inferir, da leitura, a preocupação do com ir além do pró-



prio Governo. É o caso, por exemplo do aconselhamento que dá ao príncipe da necessidade de ter uma imagem pública. Neste caso, o que Maquiavel desenvolveu foi o que poderíamos chamar de uma Teoria das Relações Públicas, antecipando, e muito, os cuidados que todos os governantes, hoje, têm com a imagem.

Da obra de Maquiavel pode-se deduzir, ainda, uma Teoria da Cultura Política quando ele defende que a religião nacional, os costumes e o ethos social são instrumentos para o fortalecimento do poder do governante, o que ressalta ao recomendar o respeito à religião, à cultura e ao ethos social dos conquistados e dos próprios súditos. É possível deduzir, também, uma Teoria da Administração Pública, que se baseia na probidade administrativa, limites à tributação e respeito à propriedade privada, coisas pouco usuais na sua época, quando o dinheiro do Estado era confundido com o dinheiro do seu soberano e não havia regras claras para tributação e para a garantia da propriedade. Absoluto, o soberano podia tudo. É a este absolutismo que Maquiavel contrapõe sua teoria.

Por fim, e não menos importante, Maquiavel desenvolve uma Teoria das Relações Internacionais, centrando-a na manutenção da soberania mediante a constituição de Exércitos fortes, nacionais e permanentes, que podem ser usados para a conquista, já que ao príncipe cabe se ousado, mas que servem, sobretudo, para a defesa da ordem interna, impondo a paz que o governante necessita para desenvolver o seu Estado.

Se não estão explicitadas no texto de O Príncipe, estes princípios ou teorias podem ser facilmente deduzidos

com uma leitura mais atenta. Maquiavel não inova somente na instituição da política como uma disciplina ou saber autônomo e ao pensar o Estado como poder central, soberano e hegemônico, mas, também, em recomendações que, para a sua época, representava uma revolução nos costumes dos governantes. Uma delas, certamente, é aconselhar a parcimônia ao príncipe, não por bondade, mas por sentido prático, já que, não explorando seus súditos, pode ter com eles uma relação muito melhor e ser apoiado nas dificuldades.

Como bem observa Luciano Gruppi, um dos estudiosos do trabalho do florentino, “(...) Maquiavel funda uma nova moral que é a do cidadão, do homem que constrói o Estado; uma moral imanente, mundana, que vive no relacionamento entre os homens. Não é mais a moral da alma individual, que deveria apresentar-se ao julgamento divino como “formosa” e limpa”. É esta virada, absolutamente original para a época, que fez de Maquiavel um autor que merece ser estudado.

Muito além de instrução para um príncipe que buscasse a unificação da Itália, transformando-a de fraca e dividida em forte e unida, Maquiavel nos mostrou, como ressalta Paul Strathern, que a moralidade e a política são coisas separadas e que, por isso, não há um juízo universal, mas cada ação deve ser julgada dentro do seu contexto e sob a ótica da ação tomada e do objetivo em que foi tomada. Ao fazer isso, construiu uma nova Teoria Política e mudou o exercício da própria política e do poder, dando-lhes um novo feitio e uma nova posição.

Olhando-se em perspectiva e fazendo a análise do

quadro político atual, podemos ver que a ele se aplicam vários dos conceitos de Maquiavel. Os conselhos que deu ao príncipe, que não era uma pessoa, mas uma abstração, ainda estão servindo a governantes, em outro contexto, é certo, mas servindo, o que prova a atualidade do pensamento de Maquiavel, sem deixar de considerar o seu avanço histórico.

## Referências

1. Strathern, Paul. Maquiavel em 90 minutos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 7
2. Châtelet, François et alli. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000, p. 37
3. Violi, Maurizio. O sorriso de Nicolaut. São Paulo, Estação Liberdade, 2002, p. 18
4. Strathern, Paul. Op. Cit, p. 8
5. Châtelet, François et alli. Op. Cit, p. 39.
6. Châtelet, François et alli. Op. Cit., p. 38
7. Strathern, Paul. Op. Cit, p. 44
8. Strathern, Paul. Idem, p. 44
9. Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, p. 3-4
10. Gruppi, Luciano in Maquiavel, Vida e Pensamento, São Paulo, Martin Claret, 2002, p. 88
11. Strathern, Paul. Op. Cit., p. 48-49
12. Moreira, Márcilio Marques. O pensamento político de Maquiavel in Maquiavel, Vida e Pensamento, São Paulo, Martin Claret, 2002, p. 43-44
13. Faria, Octávio. Maquiavel e o Brasil, Rio de Janeiro, Schmidt, sd.
14. Gruppi, Luciano. Op. Cit. in Maquiavel, Vida e Pensam

## Bibliografia

Châtelet, François et alli. História das idéias políticas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000

D'Elia, Antonio. Tão grande nome nenhum elogio alcança, in Maquiavel, Nicolau. O príncipe, São Paulo, Círculo do Livro, s/d

Gramsci, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991

Gruppi, Luciano. Tudo começou com Maquiavel in Maquiavel, Vida e Pensamento. São Paulo, Martin Claret, 2002

Maquiavel, Nicolau. A realidade crua do poder. São Paulo, Veja, in <http://veja.abril.com.br/idade/descobrimto/entrevista.html>, acesso em 21/07/2004

Maquiavel, Nicolau. O príncipe com notas de Napoleão Bonaparte. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1999, 2a. edição

Maquiavel, Nicolau. O príncipe. São Paulo, Círculo do Livro, s/d

Moreira, Marcílio Marques. O pensamento político de Maquiavel, in Maquiavel, Vida e Pensamento, São Paulo, Martin Claret, 2002

Muller, June. Maquiavel in <http://consciencia.org/moderna/maquiavel2b.shtml>, acessado em 21-07-2004

Santos, Anderson Fernando. Maquiavel é um representante do renascimento? in <http://geocities.Yahoo.com.br/historiaworks/maquiavel.html>, acessado em 21-07-

2004

Strathern, Paul. Maquiavel em 90 minutos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

Viroli, Maurizio. O sorriso de Nicolau. São Paulo, Estação Liberdade, 2002.



ensaios

Ideias e reflexões sobre temas da atualidade

Nº

5